



COMPANHIA AGRÍCOLA FRANCISCO SCHMIDT (1918-1924): FRANCISCO SCHMIDT DE COLONO IMIGRANTE À GRANDE CAFEICULTOR NA MOGIANA

LARISSA APARECIDA FORNER*

RESUMO

O Brasil do século XIX se destacou no cenário internacional como um grande produtor de café e foi em meio a esse crescimento da balança de exportação que o Porto de Santos passou a ocupar lugar de destaque no cenário nacional. Assim, os comissários e os empreendedores das bolsas de valores, que trabalhavam diretamente com a venda do produto, lucraram com esse crescimento.

Em meio a este momento de euforia e de expansão da fronteira do café, surgiu uma parceria entre um grande cafeicultor, Francisco Schmidt, e uma firma de exportação e financiamento, Theodor Wille & Cia.

Assim, Estudamos a expansão cafeeira em São Paulo – analisando as condições que favoreceram essa expansão, tanto no plano interno como no externo; o problema da superprodução do café e a política de valorização; a mão-de-obra empregada nas fazendas da região da Mogiana. Em seguida, analisamos o período que medeia a vinda de Francisco Schmidt para o Brasil, em 1858, e a formação da Cia. Agrícola em 1918 e sua evolução até 1920. E por fim, o período das crises cafeeiras e o da desintegração da Companhia Agrícola Francisco Schmidt.

Introdução

O Brasil do século XIX despontou no cenário internacional como um grande produtor de café, tornando-se o principal produto da balança exportadora brasileira. Assim sendo, focamos este estudo no desenvolvimento da economia cafeeira na região da Mogiana, ou mais propriamente em Ribeirão Preto, na qual a questão da imigração e da ferrovia esteve intimamente ligada e favoreceu o aflorar do chamado “Oeste Paulista”. A introdução da cultura cafeeira em São Paulo ocorreu no final do século XVIII, por volta de 1790, mas teve grande desenvolvimento a partir de 1870.

Foi nesse cenário em ebulição que surgiu Francisco Schmidt (1850-1924), que, juntamente com sua família, veio da Alemanha para o Brasil, em meados do século XIX, para trabalhar na fazenda do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros (1809-1887), no município de São Carlos do Pinhal. Por vinte anos, Francisco Schmidt permaneceu como

* Mestranda em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais – USP. Bolsista CNPq

colono, até que, em 1878, comprou um armazém de secos e molhados na cidade de Descalvado. Vendeu a casa comercial e aplicou o capital na compra de uma fazenda em Santa Rita do Passa-Quatro, em 1889. A partir dessa data, iniciou o processo de formação e expansão de suas propriedades cafeeiras.

Porém, deve-se ter em mente que nem todos imigrantes prosperaram economicamente ou acumularam patrimônio. Alguns imigrantes, que vieram como colonos para as fazendas de café, conseguiram uma relativa prosperidade econômica. No caso de Francisco Schmidt, essa prosperidade deveu-se aos investimentos frutíferos feitos pelo cafeicultor, além do apoio da firma alemã Theodor Wille & Cia. – que dispunha de posição privilegiada no mercado cafeeiro brasileiro nas primeiras décadas do século XX -, a qual disponibilizou ao fazendeiro montantes de capitais em momentos que o mercado enfrentava superprodução.

Dividimos o trabalho em três partes: primeiramente, estudamos a expansão cafeeira em São Paulo – analisando as condições que favoreceram essa expansão, tanto no plano interno como no externo; o problema da superprodução do café e a política de valorização; a mão-de-obra empregada nas fazendas da região da Mogiana. Em um segundo momento, analisamos o período que medeia a vinda de Francisco Schmidt para o Brasil, em 1858, e a formação da Cia. Agrícola em 1918 e sua evolução até 1920. E por fim, o período das crises cafeeiras e o da desintegração da Companhia Agrícola Francisco Schmidt.

1. Expansão cafeeira em São Paulo

Foi no momento de grande entrada de mão-de-obra imigrante que São Paulo que ascendeu o cenário produtor de café, primeiramente com o surto cafeeiro do início de 1870. Em pouco tempo, a província paulista já ocupava lugar de destaque não só no cenário nacional, bem como se destacava no cenário internacional, onde em 1890 liderava a produção cafeeira do produto.

O desenvolvimento da província de São Paulo também se relacionou quanto à mudança da área produtora: o Vale do Paraíba começou a entrar em decadência, sendo substituído pelo chamado “Oeste Paulista”, por volta da década de 1850. A liderança na produção cafeeira se deslocou da Zona Norte para a Zona Central e a Alta Mogiana passou a apresentar um grande desenvolvimento na cultura de café. Foi, portanto, a partir da expansão da cultura do café e de

sua hegemonia em relação aos outros produtos, que o estado passou a integrar a economia brasileira.

Além de sua preponderância no cenário cafeeiro, São Paulo também ganhou destaque quanto ao desenvolvimento de sua malha ferroviária, a qual visava facilitar o acesso às regiões cafeeiras e ao escoamento das safras para o porto de Santos. Nota-se que dificilmente seria possível frear a rápida expansão da cafeicultura em São Paulo e, muito menos, limitar a participação dos fazendeiros. De acordo com Boris Fausto, a “burguesia cafeeira” já tinha assumido o controle da máquina estatal nas últimas décadas do Império e com a República, os produtores conseguiram estender sua hegemonia de nível regional para o nível nacional (FAUSTO, 1975: 200). Contudo, torna-se necessário relativizar essa expressão, embora frequentemente encontrada na literatura do período, por não identificar as peculiaridades em seu interior. O principal opositor à essa generalização foi Sérgio Silva. Segundo ele, no período em questão “essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não diferem (...)frações de classe relativamente autônomas; não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções” (SILVA, 1976: 60).

A expansão cafeeira ocorreu de forma tão desenfreada que gerou a saturação dos mercados ainda no final do século XIX. A partir desse momento, os fazendeiros passaram a conviver com o medo da superprodução de café e a não absorção do excedente pelo mercado, tanto nacional, como internacional. Após 1897, o Brasil entrou em um período de produção instável devido à rápida expansão do Oeste Paulista, baseada no trabalho livre. A Mogiana atraiu milhares de imigrantes, que preferiram as regiões novas. Segundo Warren Dean (1932-1994), esta foi a diferença fundamental entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e os do Oeste Paulista, pois “as plantações do Vale do Paraíba se desenvolveram à sombra do trabalho escravo” (DEAN, 1971: 48).

Para tentar manter o café valorizado, realizou-se, em 1906, o Convênio de Taubaté (HOLLOWAY, 1978:60), promovido pelo governo paulista, mas que contava com representantes mineiros e cariocas. Desta operação de valorização podemos destacar duas propostas, sendo a primeira a de fixação do preço do café entre 55 e 65 francos por saca; e a segunda, o levantamento de um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para financiar a retirada do produto do mercado (HOLLOWAY, 1978:60). A valorização estabelecida pelo

Convênio perdurou até 1916, quando se conseguiu elevar os preços internacionais do café brasileiro, melhorando as relações de troca do Brasil com os Estados Unidos e a Europa. Porém, para Delfim Netto, esta política de valorização visou “(...) sustentar a riqueza e a produtividade do setor cafeeiro à custa de outras oportunidades mais duradouras para o crescimento, sacrificando a diversificação da atividade econômica” (DELFIN NETTO, 2009: 12).

Assim, os fazendeiros estimulados pelos bons preços do café aumentaram suas plantações, usando para isso grandes empréstimos no Crédito Agrícola. A política de preços altos, vinculada à defesa permanente do café, favoreceu o aumento do número de pés de café em todo o Estado de São Paulo.

O desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo imprimiu grande dinamismo ao porto de Santos. A complexidade do sistema de comercialização do café deu origem ao comissariado, base do comércio santista. O comissário acumulava as funções de financiador e vendedor da produção do fazendeiro. Além disso, controlava o fluxo monetário que se dirigia ao mesmo (MORAES, 1988:46;56;65). Contudo, a necessidade crescente de modernizar os negócios cafeeiros modificou esse esquema de comercialização. Assim, a indagação que se colocou foi a respeito das condições internas de mudança que favoreceram o avanço do capital estrangeiro nesse setor.

Outra área que aproveitou esse momento de efervescência, gerado pelo café no interior paulista, foi a das ferrovias, as quais se aproveitaram do interesse dos cafeicultores em utilizar novos meios de escoamento de suas safras.

Nesse momento de implantação de ferrovias, de utilização de mão-de-obra imigrante, a “burguesia cafeeira” assumiu o controle da máquina estatal. Os fazendeiros de café formavam um grupo numericamente fraco, mas econômica e politicamente muito poderoso. Com o advento da República, a hegemonia dos cafeicultores estendeu-se do nível estadual ao nível nacional. Para Celso Furtado, com a descentralização republicana, o problema da imigração passou às mãos do Estado e o Estado de São Paulo fez grandes investimentos direcionados ao café (PERISSINOTTO, 1994: 91). Os grandes fazendeiros diversificaram seus investimentos em ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos formando, como nos fala a literatura sobre a industrialização e a urbanização de São Paulo, um grande capital cafeeiro. Desse modo, nesse trabalho estendemos esse conceito acreditando que diferentes elites regionais,

oriundas de diferentes negócios, seguiram os mesmos percursos de investimentos dos fazendeiros paulistas.¹

Contudo, após 1897 o Brasil entrou em um período de superprodução, devido, principalmente a expansão desenfreada dos cafezais do “Oeste Paulista”.

Para tentar impedir que novas áreas fossem abertas para o cultivo de grãos no Estado de São Paulo, em 1902, o governo estadual decreta o Imposto de Dois contos de réis sobre cada alqueire de cultura de café novo. Por meio desse decreto, tentou-se proibir a plantação de novos cafezais pelo período de 5 anos, além de deter sua marcha para as zonas pioneiras. Mesmo com o perigo da superprodução e os decretos tentando impedir o aumento da produção cafeeira, o café continuou sua expansão e os fazendeiros passaram a conviver com o temor de crises. Nesse momento, a solução encontrada foi a de intervenção no mercado para manter o preço das sacas, tendo destaque a valorização estabelecida pelo Convênio de Taubaté, que perdurou até 1916, e conseguiu elevar os preços internacionais, melhorando as relações de troca do Brasil.

Contudo, com o início da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu uma nova queda nos preços do café e das suas exportações. Em 1917, a situação se agravou por dois fatores: suspensão das importações pelos ingleses e a entrada dos Estados Unidos, maior comprador do grão, no conflito, gerando uma redução das importações. E entre 1917-18, uma nova crise atingiu o setor cafeeiro e a perspectiva de uma imensa safra no período só fez com que os preços caíssem.

O que evitou que a produção cafeeira continuasse a produzir imensas safras foi um fato natural. Em 1918, uma grande geada em São Paulo interferiu na produção de café e causou o declínio de sua produção entre 1918-1919 e 1919-1920. Com a redução de sua oferta no mercado, houve a elevação dos preços internacionais e das exportações.

Porém, em 1920, ocorreu o auge da produção de café no Brasil, devido ao aumento do consumo mundial. A política econômica adotada, com o alargamento do crédito e o recurso das grandes emissões de papel-moeda, provocou um grande aumento no número dos cafezais

¹ Para informações sobre o grande capital cafeeiro em São Paulo: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986 e KUGELMAS, Eduardo. *A difícil hegemonia*. São Paulo: tese de doutorado – USP, 1986.

(FAUSTO, 1975: 229). A partir de 1920, a participação do Brasil no mercado internacional estacionou e começou a declinar, fazendo com que em 1921 o governo federal fizesse uma nova intervenção.

Em 1922, o governo federal contraiu empréstimos com as casas exportadoras para garantir a manutenção do preço do café, tendo assim a consolidação de dívida externa do café. Nesse mesmo ano, fundou-se o Instituto para a Defesa Permanente do Café, o qual visava controlar o comércio exportador do grão, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre oferta e a procura. Desse modo, criaram-se as condições que permitiram a extensa plantação de cafezais nas novas áreas do chamado Oeste Paulista.

2. A Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem e formação

A partir da segunda metade do século XIX, a economia cafeeira passou por grandes modificações: a crise do escravismo, a introdução do trabalho livre e a colonização das terras, decorrente da procura interna para a formação de novos cafezais. Simultaneamente, ocorreu a expansão das ferrovias e a mecanização para o beneficiamento do café. Dessa forma, as fazendas cafeeiras exigiam grandes investimentos de capital em terras, plantações, mão-de-obra e maquinaria.

Para solucionar a questão da mão-de-obra passou utilizar-se de imigrantes e foi nesse momento que Francisco Schmidt veio para o Brasil, juntamente com sua família para trabalhar para o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, proprietário da fazenda Felicíssima, no município de São Carlos do Pinhal. Este fazendeiro fundou duas colônias de trabalhadores livres: Paraíso e São Lourenço, composta de famílias europeias, quase todas alemãs. Os Schmidt foram trabalhar em São Lourenço, em 1858, e na fazenda Felicíssima Francisco Schmidt entrou em contato com o café pela primeira vez.

Muitos fazendeiros se aproveitavam do desejo desses imigrantes de acesso à terra, bem como fazer fortuna, para atraí-los. Contudo, as oportunidades econômicas oferecidas aos imigrantes eram muito limitadas. “A propriedade da terra não era vedada ao imigrante; na realidade, vastas quantidades de terra se encontravam à venda. Para a consolidação de uma propriedade talvez fosse necessária alguma influência política, pelo menos no plano local” (DEAN, 1971: 58.).

Assim, quais mecanismos utilizados por alguns desses imigrantes para conseguirem acumular grandes fortunas? Segundo Warren Dean, grande parte desses imigrantes moravam nas cidades no seu país de origem e possuíam alguma instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. O que fez com que muitos chegassem com algum capital, gerado a partir de algum negócio realizado na Europa ou com algum estoque de mercadoria. Havia, ainda, aqueles que tinham a intenção de instalar uma filial de sua firma no país. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas de propriedade dos fazendeiros, à semelhança dos colonos e operários têxteis, mas como técnicos ou administradores (DEAN, 1971: 59).

Diferente dos que vinham já com algum capital ou possuíam alguma experiência, a família Schmidt chegou ao Brasil sem qualquer experiência ou recurso. Francisco Schmidt trabalhou como colono na fazenda de café até 1878, onde conseguiu acumular pecúlio e iniciar-se na atividade comercial, com um armazém de secos e molhados, na cidade de Descalvado. Desenvolveu com êxito sua nova atividade, fornecendo mercadorias não só para os fregueses da cidade, mas também para alguns fazendeiros de café da região. Seu armazém prosperou e em pouco mais de 10 anos, conseguiu juntar um capital razoável.

Já em 1889, Francisco Schmidt se interessou pela cafeicultura, percebendo as possibilidades do mercado cafeeiro no Oeste Paulista. Vendeu seu estabelecimento comercial e aplicou o capital na compra de sua primeira fazenda, denominada Bela Paisagem, no município de Santa Rita do Passa-Quatro.

Devido à expansão da lavoura cafeeira no interior paulista e o interesse pelas terras do Oeste Paulista, muitos fazendeiros de regiões onde o café já era plantado há mais tempo enfrentavam a decadência de seus cafezais, emigrando para a região, em busca de terras mais produtivas. Portanto, vemos Francisco Schmidt como um empresário inovador², que aproveitou esse momento de grande agitação financeira para oferecer novas áreas e aumentar seu capital com a compra e revenda de propriedades.

² Empresário inovador segundo a teoria de Schumpeter é aquele empreendedor que inventava um novo produto ou produzia um produto já conhecido de uma nova maneira, com menores custos. Esse empreendedor é aquele ser iluminado que é capaz de aproveitar as chances das mudanças tecnológicas e introduzir processos inovadores nos mercados.

Posteriormente, em 1890, o fazendeiro Schmidt comprou a fazenda Monte Alegre³. A compra da propriedade foi feita em nome de F. Schmidt e Arthur Aguiar Diederichsen (1825-1903), também de origem alemã, e financiada pelo Banco Constructor e Agrícola de São Paulo. No mesmo ano, Arthur Aguiar Diederichsen se arrependeu do negócio e Francisco Schmidt comprou sua parte com o financiamento de Theodor Wille & Cia⁴.

Um fator fundamental para a expansão das propriedades de Francisco Schmidt, em parte foi o financiamento desenvolvido pela firma Theodor Wille. A ligação da firma e do cafeicultor baseava-se em interesses financeiros e comerciais. O cafeicultor fazia previsão das despesas para o ano agrícola, incluindo suas despesas particulares e a Theodor Wille lhe dava o financiamento. A facilidade de obtenção de créditos na Theodor Wille permitiu a expansão do patrimônio de Francisco Schmidt. Os interesses comuns da firma Theodor Wille e Francisco Schmidt fundamentaram suas transações comerciais, com vantagens recíprocas. Financiando a compra de fazendas de café a Francisco Schmidt, a firma alemã não só assegurava o aumento da produção cafeeira de seu cliente, como também mantinha o monopólio sobre essa produção (MORAES, 1988: 76).

Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Theodor Wille suspendeu suas operações no Brasil e os financiamentos à Schmidt, perdurando até o final do conflito, em 1918. Durante esse período, Francisco Schmidt passou operar com o Banco Comércio e Indústria de São Paulo, com os quais possuía relações no mundo financeiro.

O domínio de firmas estrangeiras exportadoras de café, como a de Wille, abalou o prestígio das casas comissárias, que controlavam o mercado cafeeiro. À medida que os agentes das firmas exportadoras passaram a comprar o café diretamente nas fazendas, realizando o negócio com os próprios fazendeiros e atentos às dificuldades financeiras em que estes se encontravam, os obrigavam a aceitar os preços que lhe eram impostos. O excesso da oferta do produto favoreceu essa especulação no mercado cafeeiro.

Nesse contexto, a expansão das propriedades agrícolas de Francisco Schmidt representou um elemento de consolidação do domínio da maior firma exportadora estrangeira radicada no Brasil, a Theodor Wille & Cia. Conforme crescia o patrimônio de Schmidt, ele

³ Fazenda comprada por 600:000\$000.

⁴ Grande firma de Hamburgo que se estabeleceu em Santos, em 1844, e que mais tarde abriu filial no Rio de Janeiro e São Paulo. No período de guerra, 1914-1918, a Theodor Wille suspendeu as operações com Francisco Schmidt.

diversificava suas atividades, investindo em outros setores da produção⁵. Este reinvestimento de lucros advindos do café em outros setores era possível, porque o café proporcionava lucros excelentes na maior parte do ano. Mas, essa era uma forma de capitalismo que não se poderia expandir indefinidamente.

Francisco Schmidt e seus filhos organizaram, em 1918, a Companhia Agrícola Francisco Schmidt, tendo como objetivo principal impedir a fragmentação de seu “império”. Neste mesmo ano ocorreu a grande geada, que destruiu muitos cafezais. Ao contrário do que aconteceu com muitos fazendeiros, que tiveram que vender parte de suas terras pela queima de seus cafezais, o grupo Schmidt aproveitou essa oportunidade para efetivar bons negócios ao adquirir novas propriedades e ampliar seu patrimônio. Isto naturalmente foi possível devido a potencialidade econômica da Companhia, que a partir de 1918 voltou a contar com os financiamentos da Theodor Wille.⁶

Ao lado da política inflacionária, os planos valorizadores do café colocaram em evidência o domínio do núcleo agrário-exportador, que alcançou seus objetivos básicos: a realização de uma política que garantiu a rentabilidade do setor cafeeiro, apesar da crescente superprodução (FAUSTO, 1975: 203).

3. O declínio do café e a desintegração da Companhia Agrícola Francisco Schmidt

A história do café no Brasil foi marcada por diversas crises, sendo estas ligas à expansão desenfreada e desordenada da cultura cafeeira em São Paulo, assim como a superprodução que a mesma acarretou.

Na região da Mogiana não foi diferente do restante do Estado ou do país, a alta produtividade no período entre 1900 e 1905 gerou uma crise de superprodução, portanto, pode-se dizer que naquele momento, os cafezais novos e a fertilidade da terra- roxa constituíam os principais fatores dessa alta produtividade.

⁵ Francisco Schmidt aproveitou todas as oportunidades surgidas no setor de negócios: comprou fazendas, ampliou seus cafezais, instalou engenhos de açúcar, desenvolveu a pecuária e investiu em imóveis. Apesar de toda diversificação, o predomínio do café era absoluto em suas fazendas.

⁶ No ano de organização da Cia. Agrícola, Francisco Schmidt contava com 12.640 cafezais. Ainda naquele ano somou a esse montante mais 95.960 cafezais, com a compra da Fazenda S. Mariana. No ano de 1920 foram adquiridas mais seis fazendas, nas quais os números de pés de café totalizaram 712.772. Com as compras efetivas a Cia. Agrícola Francisco Schmidt passou a ser constituída por 13.448.732 cafeeiros.

A expansão dos cafezais para o Oeste Paulista se deu numa época em que o problema da superprodução já existia. A partir de 1897, o Brasil entrou em um período de superprodução de café. Na década de 1890, os preços internacionais do café sofreram uma queda, mas isso não foi sentido no Brasil, por causa da desvalorização cambial e das políticas inflacionárias dos primeiros anos da República, que proporcionaram a manutenção da lucratividade dos cafeicultores, durante o Encilhamento, fazendo com que tivessem uma elevação da produção nos anos subsequentes (DELFIM NETTO, 2009: 8-9).

A abrangência da crise fez com que o governo de Prudente de Moraes (1841-1902) firmasse um acordo com os credores externos: o Funding Loan⁷. Através deste acordo, os pagamentos dos juros das dívidas antigas foram suspensos por um período de treze anos. Em troca, o governo brasileiro adotou uma política de estabilização da moeda. Com o acordo firmado resolveu-se parte do problema, faltando resolver a questão principal: o problema da superprodução; e a marcha para o Oeste Paulista agravou a situação. Em 1903, em uma tentativa de controlar a crise, o governo paulista impôs um imposto sobre a plantação de novos cafezais, com o intuito de bloquear a expansão. Contudo, o governo não contava com as enormes safras produzidas pelas áreas já plantadas.

Em 1906, foi realizado o Convênio de Taubaté, que definiu os fundamentos de uma nova política de defesa do café, consolidando o papel hegemônico da burguesia cafeeira. Por meio desse esquema valorizador, que garantia a rentabilidade do setor cafeeiro mesmo com a superprodução, os cafeicultores mantiveram-se confiantes.

As medidas tomadas pelo governo, visando defender o café, principal produto da economia brasileira do período, funcionaram de forma atenuante, já que proporcionaram a formação de um estoque excepcional de café, dificultando a venda do produto em um mercado já saturado.

Algo interessante de se notar foi que a Cia. Agrícola Francisco Schmidt surgiu numa época de crises e mesmo com condições desfavoráveis ao seu desenvolvimento, se tornou uma potência econômica, entre os anos de 1918, 1919 e 1920. No período de 1918 a 1920, a Cia. Agrícola aumentou seu patrimônio em terras e cafezais.

Nos anos de 1921 e 1922, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt passou por uma fase de estabilidade, e no ano seguinte, em 1923, as dificuldades começaram a surgir. Desde sua

⁷ O Funding Loan foi firmado em 15 de junho de 1898.

formação, em 1918, a Cia. Agrícola passou por um processo de crescimento apoiado, sobretudo, no desenvolvimento extensivo da produção cafeeira. Mas, a partir de 1923 começaram a aparecer os sinais da crise da hegemonia da burguesia cafeeira. Após a terceira operação de valorização realizada em 1921, as emissões maciças do governo federal provocaram uma inflação e o aumento do custo de vida. Além disso, os altos preços do café garantiram uma boa margem de lucro, mas apenas parte da produção era exportada, enquanto os estoques se acumulavam ano após ano. Além de todo esse cenário adverso, a Cia. Agrícola Francisco Schmidt também teve que conviver com a ausência da liderança do coronel Schmidt, que ficara doente.

Em 1924, com a morte do coronel Francisco Schmidt teve início o processo de desintegração da Cia. Agrícola que culminou com sua dissolução em 1925. A formação do imenso patrimônio do coronel Schmidt ocorreu paralelamente à expansão cafeeira no Oeste Paulista e a sua morte e desintegração do patrimônio coincidiram com os primeiros sinais de crise nessa região, que, durante tantos anos, liderou a produção cafeeira paulista.

A crise de 1929 mostrou a impotência do governo diante da crise mundial, despontando aos cafeicultores que naquele momento eles não seriam “salvos” pelo governo. A crise acabou por atingir todos os setores da produção de café e o patrimônio deixado pelo coronel Schmidt se reduziu ainda mais, já que a firma Theodor Wille & Cia., que antes atuava como sua parceira, após a morte do mesmo, exigiu a liquidação de contas.

Conclusão

A ascensão econômica de Francisco Schmidt no setor cafeeiro ocorreu numa época em que todas as condições favoreciam o desenvolvimento dessa atividade. Francisco Schmidt tinha ainda o apoio econômico de grande firma alemã, a Theodor Wille & Cia.

Na segunda metade do século XIX o crescimento da economia brasileira ocorria ao mesmo tempo com a expansão do setor cafeeiro. Foi nesse contexto que se situou a expansão das propriedades agrícolas de Francisco Schmidt. Por volta de 1889, possuía um patrimônio considerável, constituído por doze fazendas, no município de Ribeirão Preto.⁸

⁸ Cf. *Planta das Fazendas de Propriedade do Sr. Francisco Schmidt – 1889*. In: Museu do Café de Ribeirão Preto, autoria de Max Grimmeison, 15/03/1899.

O acréscimo de Schmidt era uma exceção para quem iniciara a vida como colono, já que ele não trouxe nenhuma forma de capital de seu país de origem e chegou ao Brasil com oito anos de idade. Seus conhecimentos sobre o café foram se acumulando durante vinte anos, período em que trabalhou como colono nas fazendas de grandes cafeicultores. As condições propiciadas pela cafeicultura permitiram ao empresário-cafeicultor a retenção da maior parte dos lucros obtidos na lavoura. Conhecendo as condições do mercado cafeeiro, Francisco Schmidt soube aproveitar as oportunidades, empregando seus lucros na compra de novas fazendas, para depois revendê-las com grandes lucros, devido as especulações no mercado de terras.

Por iniciar a vida como colono, Schmidt aprendeu a técnica da produção de café e como manejá-la, o que fez com que ele, ao se tornar um grande produtor soubesse onde e como investir para ampliar sua produção e seus lucros. Mesmo não tendo o capital de início para comprar e implantar a cultura cafeeira, Schmidt lançou mão da atuação no mercado de terras como especulador e se aproveitou do momento de expansão para angariar altos lucros. Visando se consolidar no mercado cafeeiro fez parceira com uma grande firma, a Theodor Wille & Cia., conseguindo com essa parceria crédito para ampliar seu patrimônio ao comprar fazendas de café em um momento de superprodução e crise. Por fim, visando controlar o mercado, passou a diversificar suas operações, chegando a atuar na produção e exportação do café.

As relações comerciais entre a Theodor Wille e Francisco Schmidt ocorreram num momento em que a expansão cafeeira constituía o objetivo comum de seus interesses. Essa convergência de interesses foi um fator essencial para o desenvolvimento do patrimônio de Francisco Schmidt.

A expansão do crédito para a cafeicultura, que se desenvolvia em grande parte no território paulista nesse momento, incentivou as atividades imobiliárias e a especulação. Como a procura de terras no “Oeste Paulista” era muito grande, Francisco Schmidt aproveitou-se dessas condições, especulando no mercado imobiliário.

Assim, o apoio financeiro da Theodor Wille & Cia., a política econômica desenvolvida pelo governo e a diversificação de atividades por parte de Francisco Schmidt, aliadas a atuação inovadora desse empresário, permitiram o êxito de sua empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBERO, Maria Inés. Historiografía y problemas de la historia de empresas. In: **Historia de empresas: aproximaciones historiográficas y problemas em debate**. Buenos aires: CEAL, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editorial UNESP, 2007.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: DIFEL, 1971.

DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2009.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Unicamp, Campinas, 2007.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991. Série Imigração.

_____ - **Expansão do café e política cafeeira**. In: História Geral da Civilização Brasileira (período republicano), São Paulo: DIFEL, 1975, t. III, v. I, p. 193-248.

_____ - **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. Série Imigração.

FREITAS, Sônia Maria de. **E chegaram os imigrantes...** (o café e a imigração em São Paulo). 2. ed. São Paulo. Edição da autora, 1999.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 3. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. História de empresas e história econômica do Brasil. In: **II Congresso Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**, 1996.

_____. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Alfa - Ômega. 1995.

SHUMPETER, Joseph A. La teoria económica y la historia empresarial. In: **Ensayos de Joseph A. Schumpeter**. Barcelona: Oikos-Tau, 1968.